



**II SLAEDR** SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
**VI SIDER** SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
**III SIDETEG** SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

**ST5 – POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO SOCIAL E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL**

**EXPANSÃO URBANA E EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS: UMA ANÁLISE EM PATO BRANCO – PR**

**URBAN EXPANSION AND COMMUNITARIAN FACILITIES:  
AN ANALYSIS IN PATO BRANCO – PR**

Eloá Júlia de Cezaro EIDT<sup>1</sup>, José Ricardo da Rocha CAMPOS<sup>2</sup>,  
Cristiane Maria Tonetto GODOY<sup>3</sup>

**Resumo:** A expansão planejada de uma cidade pressupõe a inserção de equipamentos comunitários para o atendimento da demanda oriunda do crescimento. De forma análoga, o posicionamento desse tipo de infraestrutura pode ocasionar a valorização da vizinhança, e assim, servir como um incentivador do desenvolvimento. É afirmado, portanto, que a alocação de equipamentos urbanos comunitários pode representar uma ferramenta de bem-estar, convívio social e redução de assimetrias espaciais. Diante dessa perspectiva, foi analisado o comportamento da expansão urbana no município de Pato Branco, considerando também as características de distribuição de renda e a disponibilidade de equipamentos comunitários, a fim de gerar informações acerca desse fenômeno, contribuindo para os estudos de planejamento urbano e regional.

**Palavras-chave:** Expansão urbana. Equipamentos comunitários. Pato Branco.

**Abstract:** The planned expansion of one city presupposes the insertion of communitarian facilities to comply with demands arising from growth. Analogously, the positioning of that kind of infrastructure can improve appreciation to them neighborhood, and thus, to be a development promoter. Therefore is stated that the allocation of communitarian facilities may be a way to reach wellness, social coexist and reduce spatial asymmetries. On this perspective, the behavior of urban expansion was analyzed in Pato Branco, also considering that characters of income distribution and community facilities availability, in order to generate informations about this phenomenon and contribute to the studies of urban and regional planning.

**Keywords:** Urban expansion. Communitarian facilities. Pato Branco.

## INTRODUÇÃO

O planejamento da expansão de uma cidade estruturada no sistema capitalista é pontuado como um processo de ordenamento territorial que, em tese, é capaz de reduzir assimetrias espaciais a

<sup>1</sup> Arquiteta e Urbanista, bolsista CAPES do PPGDR / UTFPR-PB. E-mail: [eloaeidt@gmail.com](mailto:eloaeidt@gmail.com).

<sup>2</sup> Engenheiro Agrônomo com mestrado em Produção Vegetal e Doutorado em Solos e Nutrição de Plantas. Professor do Curso de Agronomia da UTFPR-PB e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional na linha de pesquisa Regionalidade e Desenvolvimento. E-mail: [jricardo28@gmail.com](mailto:jricardo28@gmail.com).

<sup>3</sup> Engenheira Agrônoma, Doutora em Extensão Rural, bolsista PNPd vinculada ao PPGDR/UTFPR-PB. E-mail: [guriaccr@hotmail.com](mailto:guriaccr@hotmail.com).



OBSERVADR





partir do parcelamento do solo que é visto como ativo financeiro e, portanto, influencia na percepção de valor de uma determinada região (AMORIM, 2011; CARLOS, 2015). Através dessa concepção, o posicionamento de equipamentos urbanos comunitários é capaz de proporcionar, além da prerrogativa intrínseca de bem-estar social, maior atratividade especulativa à área de inserção, estimular e direcionar o desenvolvimento da cidade (NEVES, 2015).

Diante do cenário de crescimento urbano identificado em Pato Branco, o presente estudo analisou a evolução urbana do município, identificando a distribuição de equipamentos urbanos comunitários e confrontando os resultados encontrados com a classificação por faixas de renda. Através da sobreposição de diferentes mapas em software gráfico, foram registradas disparidades existentes entre as regiões da malha urbana do município, corroborando o cenário de crescimento geográfico desigual descrito na literatura.

## METODOLOGIA

O município de Pato Branco está localizado no sudoeste do estado do Paraná (Figura 1), conta com aproximadamente 538 km<sup>2</sup> de área territorial e cerca de 72 370 habitantes conforme o último censo realizado (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010), dos quais aproximadamente 94% residem na zona urbana. Sua economia é historicamente baseada na produção agrícola e atualmente complementada por atividades de comércio e prestação de serviços, com destaque para as áreas de saúde, educação e tecnologia, consolidadas por meio do intenso crescimento demográfico experimentado a partir da década de 1950 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010; KUNEN et al., 2019).

Figura 1 – Mapa de localização do município de Pato Branco – PR



Fonte: Elaborada pelos autores (2020).

O rápido desenvolvimento do município, bem como seus elevados índices de qualidade de vida (IBGE, 2010), suscitam investigações do cenário existente, no intuito de contribuir para discussões acerca do planejamento urbano local e regional. Inicialmente foram consultados artigos científicos e literaturas que abordam a temática da expansão urbana, da influência da propriedade privada e



# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

o que a cerca na produção da cidade, e conseqüentemente, do uso de equipamentos urbanos comunitários para a valorização de determinadas regiões (HARVEY, 2006; AMORIM, 2011; CARLOS, 2015; NEVES, 2015). De modo complementar, buscou-se indicações do referido panorama no espaço patobranquense, como retratado no trabalho de Kunen et al. (2019).

Para a elaboração de informações complementares aos estudos do município e a comparação dos resultados encontrados com as proposições dos autores consultados, foram utilizados mapas temáticos municipais de 2006, desenvolvidos para a revisão do Plano Diretor (PD)<sup>1</sup> e o Mapa Base do município de 2017, obtidos através da Secretaria de Planejamento Urbano.

Considerando os dados disponíveis, foi realizada a sobreposição das manchas identificadas no mapa de evolução urbana entre os anos de 2000 a 2007, com o traçado urbano do Mapa Base de Pato Branco de 2017, permitindo a identificação das áreas expandidas. Para a etapa de identificação dos equipamentos urbanos comunitários, foram sobrepostos os mapas de equipamentos urbanos, bem como de equipamentos de saúde e educação, respectivamente, todos datados de 2006. Buscou-se reduzir a defasagem de dados através da adição de obras e equipamentos comunitários recentes informados pela Prefeitura Municipal, assim como a verificação do posicionamento dos referidos no software de pesquisa geográfica Google Earth.

Utilizou-se o levantamento disponível no Mapa Base de Pato Branco 2017 para a marcação dos lotes identificados como portadores de equipamentos, e a finalização do processamento foi novamente realizado em software gráfico. O terceiro cruzamento referiu-se a sobreposição das informações coletadas na etapa anterior, alusivas aos equipamentos urbanos comunitários identificados no perímetro urbano, com a demarcação de distribuição apresentada no mapa temático de renda, datado de 2006. Apesar da lacuna temporal existente, a manutenção das premissas do zoneamento municipal aponta para uma provável sustentação das características gerais de faixa de renda nas áreas retratadas.

## A PROPRIEDADE PRIVADA E A PRODUÇÃO DA CIDADE

A aproximação de questões referentes à cidade na atualidade pressupõe o reconhecimento do capitalismo como sistema econômico vigente e hegemônico, em que a produção do espaço, em especial o urbano, não apenas reflete, mas constitui e reforça sua existência (AMORIM, 2011). Ou seja, a propriedade do solo como ativo financeiro serve a esse sistema, e sua atuação como reproduzidor social pode ser identificado, por exemplo, quando sua exploração pressiona e molda a produção da cidade (CARLOS, 2015). Portanto, a financeirização da propriedade privada, nessa perspectiva circunscrita a um produto imobiliário, torna-se o estímulo da sua própria especulação, em que o preço incorpora a valorização acumulada do bem em si ao longo do tempo, assim como absorve o montante específico dos usos distribuídos e equipamentos próximos disponíveis (AMORIM, 2011; CARLOS, 2015).

Diante da concepção da terra como um ativo, é estabelecida, por conseguinte, a regência da volatilidade característica dos movimentos de valorização mercadológica. Sob essa ótica, o interesse do capital se direciona de acordo com a expectativa de lucro, se afastando, assim, de áreas pouco valorizadas e se aproximando de locais que dispõem de probabilidades de



OBSERVADR

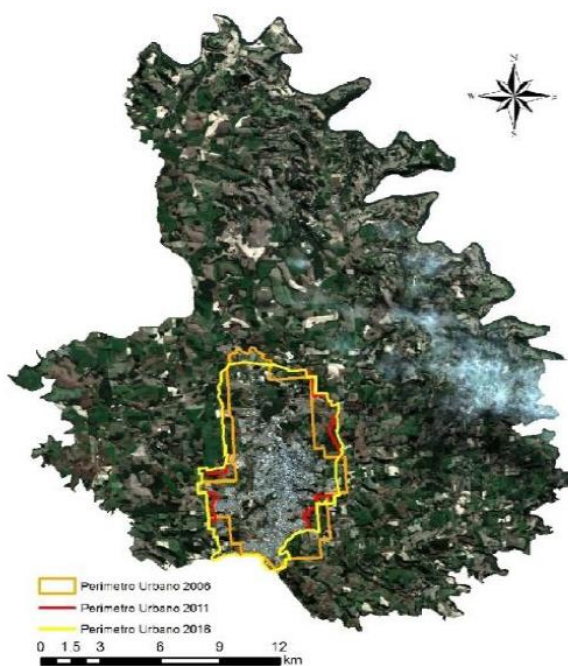




maximização (AMORIM, 2011). Tal dinâmica concretiza a possibilidade de direcionamento do planejamento urbano, que por suposição, objetiva o ordenamento territorial e o bem-estar da população (AMORIM, 2011; NEVES, 2015). Contudo, a própria condição oscilante do interesse do mercado condiciona a efetivação apenas parcial dos pressupostos supracitados (CARLOS, 2015), gerando o panorama descrito por Harvey (2006) como desenvolvimento geográfico desigual.

A característica de diversidade econômica observada em Pato Branco alimenta, juntamente com outros fatores, o crescimento da área urbana que ocorre dentro da delimitação do perímetro urbano. A definição do mesmo se concretiza através das diretrizes contidas no Plano Diretor Municipal, e as modificações no traçado do perímetro urbano do local de estudo entre 2006 e 2016, encontram-se retratadas na Figura 2.

Figura 2 – Mapa do município de Pato Branco – PR e delimitações do perímetro urbano referente aos anos de 2006, 2011 e 2016.



Fonte: KUNEN et al. (2019, p. 690).

Através da Figura 2 é possível identificar que entre os anos de 2006 a 2011 a delimitação do perímetro urbano foi reduzida na região sul e ampliada nas regiões norte e leste (KUNEN et al., 2019). Ainda na mesma figura, é demonstrado o posicionamento da malha urbana de Pato Branco em relação ao território do município, ou seja, o perímetro da cidade percorre a borda limítrofe municipal em sua região sul, o que representa uma barreira ao crescimento desta área. O perfil da malha predominantemente estruturado no eixo norte-sul acompanha a conformação topográfica das bacias hidrográficas presentes no local, o que ressalta um menor aproveitamento das regiões leste e oeste, e consequente caráter longilíneo do mapa (KUNEN et al., 2019).



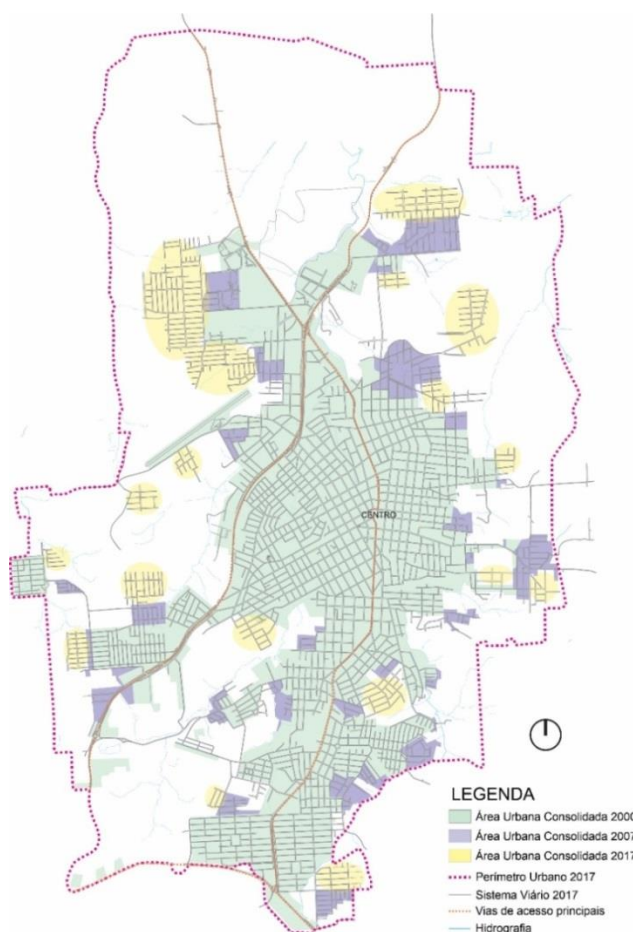
# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

A premissa de densificação representa outro aspecto contraditório do crescimento urbano, uma vez que a concentração e sobreposição de atividades potencializa a realização do ciclo do capital. Resguardadas as particularidades de cada arranjo urbano-territorial, esse movimento comum tende a tornar a parcela de solo onde se estabelece a referida concentração rara e disputada, gerando a expulsão da finalidade de habitação para regiões periféricas e estimulando o que, no âmbito do planejamento da cidade, concerne à ampliação do perímetro urbano (CARLOS, 2015). A antítese, portanto, alude ao processo de consolidação de uma centralidade que acaba por fomentar o espraiamento da malha urbanizada, e assim, a constante busca por novos espaços passíveis de especulação se encontra com a possibilidade de fomento derivada do planejamento territorial.

O comportamento relativo ao crescimento urbano de Pato Branco entre os anos de 2000 e 2017 pode ser observado na Figura 3, onde as áreas na cor verde demonstram a malha urbana consolidada no município até o ano 2000, as manchas roxas representam os espaços ocupados entre a referida data e 2007, constando em amarelo as regiões expandidas de 2007 a 2017.

Figura 3 – Mapa da evolução urbana de Pato Branco – PR de 2000 a 2017



Fonte: Modificada de Mapa de Expansão da Urbana 2000-2007 (2020).



Apesar do formato predominantemente longilíneo da malha urbana, as demarcações da Figura 3 para os anos de 2000 a 2007 demonstraram um crescimento relativamente homogêneo considerando as diferentes regiões. A partir de 2007, porém, verificou-se uma intensificação na expansão dos bairros, especialmente da região norte, consolidando o espraiamento do tecido urbano no território, indicado por Carlos (2015).

Entre as dificuldades atreladas à expansão, usualmente se destacam a distância e a falta de serviços básicos, mas que quando suplantadas, transformam a parcela de solo em questão em ativo imobiliário capaz de cumprir com o objetivo da circulação de capital (AMORIM, 2011). Cabe ressaltar que essa superação é geralmente vinculada a aportes públicos, através da instalação de infraestruturas mínimas solicitadas pela Lei Federal nº 9.785, como viária e hidrossanitária, bem como a destinação de equipamentos de uso comunitário, o que converge novamente para a área de planejamento e, como abordado anteriormente, influencia no valor final do produto que é a propriedade privada.

No caso de Pato Branco, entre os anos de 2011 e 2016, foram aprovados 3.832 lotes, distribuídos em 47 loteamentos, conforme dados do cadastro municipal. Essa concentração de parcelamentos conformou o montante total de 10 588 lotes vagos registrados no ano de 2016, ocasionando uma taxa de 25% das unidades existentes no município em situação de vacância (KUNEN et al., 2019). Essa escalada no número de unidades também é perceptível na Figura 03, que demonstra um aumento significativo da malha consolidada entre 2007 e 2017.

A taxa de crescimento geométrico do município de Pato Branco, estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), é de 1,52%, o que equivale a um acréscimo de 1100 pessoas por ano. Supondo hipoteticamente que cada um desses novos moradores efetivasse a compra de um lote, ainda assim, o número de unidades disponíveis no ano de 2016 atenderia a referida demanda fictícia por 9,63 anos. Portanto, a proporção relatada não apresenta justificação efetiva, especialmente quando confrontados os investimentos necessários para a sua consolidação, o que indica concordância do panorama local com a prerrogativa supracitada de Amorim (2011).

## **INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS COMUNITÁRIOS: UMA POTENCIALIDADE**

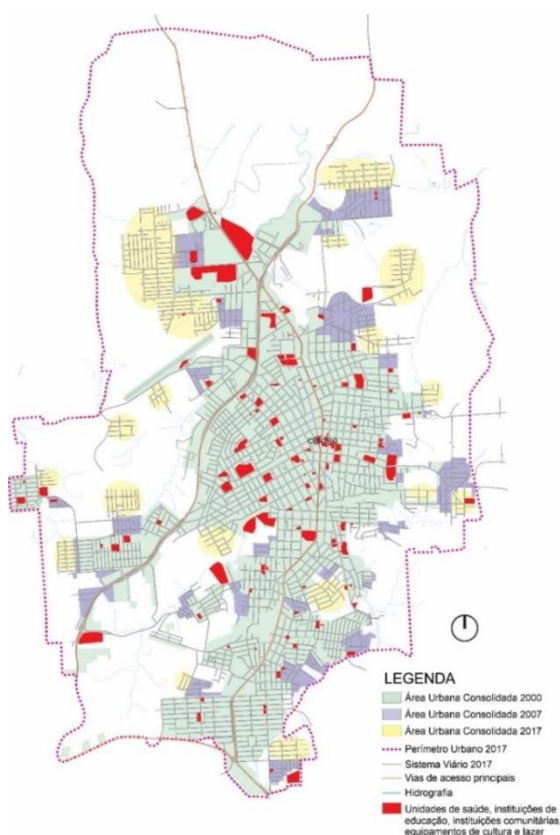
A implantação de equipamentos urbanos comunitários, usualmente tocantes ao poder público, pode ser empregada como uma ferramenta de ordenamento territorial e gestão social, pois apresenta potencial de promover o desenvolvimento de determinadas regiões (NEVES, 2015). Na legislação federal equipamentos urbanos comunitários são definidos como “instalações e espaços de infraestrutura urbana destinados aos serviços públicos de educação, saúde, cultura, assistência social, esportes, lazer, segurança pública, abastecimento, serviços funerários e congêneres” (BRASIL, 2010, art. 2º, § 2º). É assegurado ainda pela Lei Federal nº 9.785 a destinação de espaços para tais equipamentos, quando do parcelamento de novas áreas, proporcionais à densidade de ocupação prevista no local pelo plano diretor ou nos parâmetros do zoneamento municipal. Contudo, a falta de critérios na instalação desses equipamentos pode ocasionar investimentos desproporcionais e o conseqüente favorecimento de áreas específicas, tornando a produção da cidade um meio fomentador da valorização seletiva (NEVES, 2015).



Em resposta à saturação da região central anteriormente abordada e aos interesses de expansão retratados por Amorim (2011), Carlos (2015) e Neves (2015), forma-se em determinado momento da progressão da cidade um panorama que propicia o processo de descentralização, através da constituição de novas centralidades (ALVES, 2011). Desse modo, a implementação de um equipamento nos referidos moldes, como um parque público, por exemplo, representa apoio ao bem-estar social e impacta significativamente em seu entorno (NEVES, 2015). Outra tipologia de empreendimento que impacta o desenvolvimento da área ao seu redor concerne a empreendimentos privados, como centros comerciais ou *shoppings centers*, que são frequentemente inseridos em regiões de alto poder aquisitivo, ou próximo de rodovias, onde exista a possibilidade de área a expandir (ALVES, 2011).

Na Figura 4 está representado o posicionamento de equipamentos urbanos comunitários no município de Pato Branco, a exemplo de unidades de ensino e de saúde, instituições, clubes, praças e parques, sobre a hierarquia de expansão abordada anteriormente. A proporção da marcação do equipamento equivale à área aproximada do lote que abriga a referida estrutura.

Figura 4 – Mapa da evolução urbana de 2000 a 2017 e distribuição de equipamentos urbanos comunitários em Pato Branco - PR



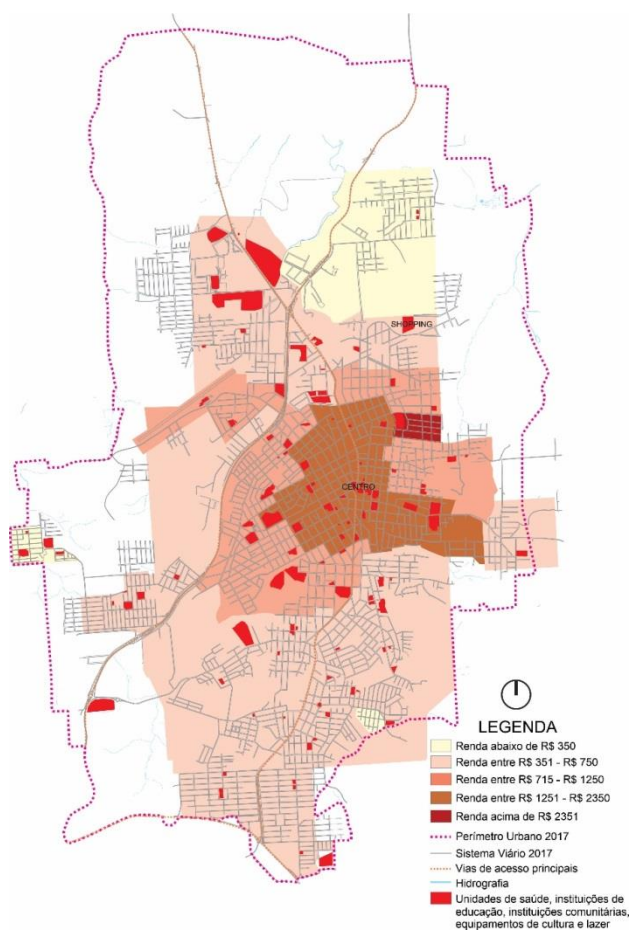
Fonte: Modificada de Mapa de Expansão Urbana 2000-2007 e Mapa de Equipamentos Públicos (2020).



O posicionamento dos equipamentos representado na Figura 4 apontou para um desequilíbrio, tanto em número quanto em área proporcional, das regiões norte e central, especialmente para o sul. O recente crescimento da porção noroeste, atrelado ao número de equipamentos disponíveis, pode indicar o desenvolvimento de uma nova centralidade (ALVES, 2011) na referida área, assim como sugere um estímulo à orientação do crescimento e valorização da mesma (NEVES, 2015). Além disso, os espaços vazios disponíveis dentro do perímetro urbano também reforçam esse direcionamento.

A última comparação proposta neste estudo abrangeu a sobreposição dos equipamentos urbanos comunitários e as faixas de classificação por renda (PATO BRANCO, 2006), retratados na Figura 5.

Figura 5 – Mapa da distribuição de equipamentos urbanos comunitários e das faixas de classificação por renda no município de Pato Branco – PR



Fonte: Modificada de Mapa de Equipamentos Públicos e Mapa de Classificação por Renda (2020).

O resultado da Figura 5 demonstrou a concentração de equipamentos urbanos comunitários nas áreas de renda média a alta, retratando o desequilíbrio geográfico de Harvey (2006). A distribuição





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

também sugere concordância com o cenário descrito por Amorim (2011), em que a produção do solo se direciona para áreas que possuam potencial de valorização, no caso de Pato Branco, especialmente na região norte.

Outro ponto de interesse refere-se ao posicionamento característico de um *shopping center*, retratado por Alves (2011), e corroborado no município, pois a mancha referente a este equipamento se localiza a nordeste do mapa, no limite da mancha de renda intermediária, mas ainda próxima dos bairros de maior poder aquisitivo e com possibilidade de expansão para leste. Além disso, a categoria do zoneamento foi alterada nas proximidades deste equipamento, transformando a área de zona residencial (ZR-3) em zona de expansão central (ZC-1), concedendo assim, entre outros aspectos, um aumento expressivo no coeficiente de aproveitamento e no número de pavimentos. A intervenção sugere a concordância aos pressupostos de Carlos (2015) e Neves (2015) de que a instalação de um equipamento pode pressionar e moldar o crescimento da cidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento na primeira década de 2000 foi em menor escala e mais homogêneo do que na década seguinte, onde a região norte expandiu em proporção visivelmente maior do que a região sul. Entre as hipóteses apuradas, a limitação de território na porção sul pode ser um dos fatores que dificultam o crescimento da área.

O número de lotes vagos disponíveis no ano de 2016 demonstrou atender a demanda de crescimento do município por, no mínimo, cerca de 10 anos, sugerindo uma possível saturação do mercado imobiliário. Além disso, a região noroeste de Pato Branco apresenta características de uma nova centralidade em formação, concentrando equipamentos urbanos comunitários, bem como áreas favoráveis à expansão dentro do perímetro urbano.

Em relação aos equipamentos urbanos comunitários disponíveis na cidade de Pato Branco, foi possível constatar a disparidade existente, tanto em área quanto em número de unidades, especialmente entre as regiões do centro e norte, comparadas com o sul. Ao avaliar essa distribuição também em relação à faixa de renda, novamente as regiões de classificação intermediária e alta dispõem de mais opções.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Lidiane Aparecida. Reestruturação urbana e criação de novas centralidades: considerações sobre os shoppings centers. **Revista Caminhos de Geografia**, Minas Gerais, v. 12, n. 37, mar/2011, p. 171 – 184, 2011. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16395>. Acesso em: 27 jun. 2020.

AMORIN, Wagner Vinicius. Reestruturação urbana e valorização imobiliária em londrina – PR. **Revista da ANPEGE** (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia), v. 7, n. 7, p. 13-29, jan./jul. 2011.



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

BRASIL. Lei nº 9.785, de 29 de janeiro de 1999. Altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941 (desapropriação por utilidade pública) e as Leis nos 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (registros públicos) e 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (parcelamento do solo urbano). **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 jan. 1999. Seção 1, p. 5. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9785.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9785.htm). Acesso em: 25 jun. 2020

BRASIL. Decreto nº 7.341, de 22 de outubro de 2010. Regulamenta a Lei no 11.952, de 25 de junho de 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas urbanas situadas em terras da União no âmbito da Amazônia Legal, definida pela Lei Complementar no 124, de 3 de janeiro de 2007, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 out. 2010. Seção 1, p. 1. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7341.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7341.htm). Acesso em: 25 jun. 2020.

CARLOS, A. F. A. A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. In: CARLOS, Ana Fani A. *et al.* (org). **Crise urbana**. São Paulo: Ed. Contexto; p. 25-35, 2015. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002803152>. Acesso em: 20 jun. 2020.

GOOGLE. **Google Earth website**. Disponível em: <https://www.google.com.br/intl/pt-BR/earth/>. Acesso em: 20 jun. 2020.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades. **Panorama de Pato Branco**. 2010. Disponível em: [https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/pato-branco/panorama\\_](https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/pato-branco/panorama_). Acesso em: 20 jun. 2020.

KUNEN, Adriana *et al.* Contextualização do desenvolvimento urbano do município de Pato Branco-PR nos últimos dez anos a partir de dados de sensoriamento remoto. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 12, n. 2, p. 681-696, 2019.

NEVES, Fernando Henrique. Planejamento de equipamentos urbanos comunitários de educação: algumas reflexões. **Cadernos Metrôpole**, v.17, n. 34, p.503-516, 2015.

PATO BRANCO. **Lei Complementar nº 73, de 21 de dezembro de 2017**. Altera categoria do zoneamento. Disponível em: <http://www.patobranco.pr.gov.br/wp-content/uploads/2014/04/Lei-Complementar-73-2017-Altera-Per%C3%ADmetro-Urbano-Shopping-Pato-Branco.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2020.

PATO BRANCO. Prefeitura Municipal. **Secretaria de Planejamento Urbano**. Mapas temáticos, 2006.

---

<sup>1</sup> Cabe ressaltar que atualmente o Plano Diretor de Pato Branco está passando por nova revisão, conforme prazo estabelecido pela normativa, porém, os mapas temáticos atualizados serão disponibilizados para consulta pública apenas quando da finalização do processo.



OBSERVADR

